



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2017

O **MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 76.017.458/0001-15, através da Pregoeira Oficial, designada pelo Decreto Municipal nº 202/2017, torna público para conhecimento dos interessados que realizará, por meio de sistema eletrônico, licitação na modalidade **PREGÃO**, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**, autorizada nos termos dos autos de processo administrativo nº. 6397, de 23/02/2017, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. REGÊNCIA LEGAL

1.1. Os procedimentos da licitação serão regidos pela Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e Decretos Municipais nºs 943/2006 e 173/2017, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 na sua atual redação.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de Tecnologia da Informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame;

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) público designado(a) por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "licitacoes-e", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A, Coordenador do sistema.

3. OBJETO

3.1. Constitui objeto da presente licitação a **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA PISCINA OLÍMPICA DO COMPLEXO EDUCACIONAL NEREU GOUVEIA E EVA AMARANTE CAVANI**, conforme especificações técnicas, características e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

4. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Acolhimento das propostas: 10/05/2017 às 14:00 até 25/05/2017 às 08:59 horas.

4.2. Abertura das propostas: 25/05/2017 às 09:00 até 25/05/2017 às 09:59 horas.

4.3. Início da sessão de disputa de preços: 25/05/2017 às 10:00 horas.

4.4. **Os licitantes deverão observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa.**

4.5. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o **horário oficial de Brasília/DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;

4.6. Formalização de consultas: observado o prazo legal, o fornecedor poderá formular consultas pelo e-mail: rosiana.cpl@paranagua.pr.gov.br com cópia para cpl@paranagua.pr.gov.br ou pelo tel.: (41) 3420-6003. As consultas serão respondidas através do site do sistema **licitacoes-e**, no campo de mensagens do pregão correspondente, ou por e-mail.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

5.1. As despesas decorrentes da execução da presente licitação correrá através da seguinte **Dotação Orçamentária:**

11.01.12.361.4006.2854.33.90.39-1.104

11.01.12.361.4010.2594.33.90.39-1.103

11.01.12.361.4010.2594.33.90.39-1.104

11.02.12.361.4010.2762.33.90.39-1.104

11.03.12.361.4006.2857.33.90.39-1.103

11.04.12.361.4006.2849.33.90.39-1.103

11.04.12.361.4006.2849.33.90.39-1.104

11.04.12.361.4006.2849.33.90.39-1-107

11.04.12.361.4006.2858.33.90.39-1.104

11.04.12.365.4007.2821.33.90.39-1.104

5.2. conforme **Requisição ao Compra nº. 345/2017**, previsto para este exercício, devidamente ajustadas para o ano seguinte.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, credenciados junto ao Banco do Brasil S/A, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão Eletrônico, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado;

6.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Declarados inidôneos por ato da Administração Pública;
- b) Sob falência, dissolução ou liquidação;
- c) Reunidos sob forma de consórcio;
- d) Cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas no art. 88 da Lei nº 8.666/93;
- e) Enquadrados nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei nº 8.666/93.

6.3. Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar de nº 123/06, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

- a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar 123/06, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/06, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput, do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- f) Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário anteriores;
- i) Constituída sob a forma de sociedade por ações.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

7. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITACOES-E

- 7.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no sistema **licitacoes-e** do Banco do Brasil S/A;
- 7.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação, senha pessoal e intransferível, obtidas junto às agências do Banco do Brasil S/A sediadas no País;
- 7.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 7.4. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S/A, devidamente justificado;
- 7.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S/A a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 7.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;
- 7.7. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso;
- 7.7.1. Caso o licitante já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema junto a qualquer agência do Banco do Brasil S/A;
- 7.8. A comprovação de que trata o subitem 7.7, quanto à condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através de um desses documentos:
- Contrato Social, registrado na Junta Comercial, constando a condição de ME ou EPP;
 - Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal.

8. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 8.1. A participação no pregão eletrônico se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecido. Obs.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção "**Acesso identificado**";
- 8.2. Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 8.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação referida no item 8.2 sujeitará o licitante às sanções previstas em lei;
- 8.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão;
- 8.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

9. PROCEDIMENTOS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 9.1. A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento previstas no Edital;
- 9.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo informados imediatamente do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- 9.3. O sistema não aceitará lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar. Entretanto, o licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote;
- 9.4. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do autor do lance aos demais participantes;
- 9.5. A etapa de lances no tempo normal será controlada e encerrada pelo(a) Pregoeiro(a), mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- 9.6. Encerrada a etapa competitiva o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação;
- 9.7. O Sistema anunciará o licitante detentor da melhor proposta imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão do(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor;
- 9.8. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação;
- 9.9. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço;
- 9.10. **A PROPOSTA ESCRITA E OS ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS DA DOCUMENTAÇÃO DEVERÃO SER ENTREGUES NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DO DIA SEGUINTE A DISPUTA, EM ENVELOPES FECHADOS OU LACRADOS, INDICANDO NA SUA PARTE FRONTAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E ABASTECIMENTO, RUA JÚLIA DA COSTA, Nº 322 - CENTRO, PARANAGUÁ, PARANÁ – CEP: 83203-060, REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2017 (A/C: Rosiana do Rocio Pereira Pesch).**



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

10. PROPOSTA COMERCIAL

10.1. A proposta de preços prevista no Edital deverá ser encaminhada em formulário eletrônico específico, mediante a opção "**Acesso identificado**", na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, observados data e horários limites estabelecidos no item 4;

10.2. A proposta e os lances formulados deverão indicar preços unitários e global, de acordo com os praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), atualizados conforme lances eventualmente ofertados;

10.3. A proposta apresentada e os lances formulados deverão constar de forma clara e precisa, mediante planilha simples de composição de custos, na qual deverá estar incluído todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, para fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela Autoridade Competente;

10.4. O licitante deve apresentar proposta de preços com a descrição do objeto e o preço apresentando o valor do item de acordo com o Termo de Referência, expresso em Real (R\$);

10.5. No preço ofertado devem ser considerados tributos, tarifas, despesas com pessoal, equipamentos, materiais necessários a execução do serviço, isto é, a CONTRATADA deverá incluir todas as despesas relacionadas com a natureza e a localização dos serviços, suas condições gerais e tudo que possa influir sobre estas;

10.6. Os valores propostos devem ser compatíveis com os preços praticados no mercado sob pena de desclassificação;

10.7. O valor máximo da proposta será de: **R\$ 269.680,00 (duzentos e sessenta e nove mil seiscentos e oitenta reais);**

10.8. O prazo de validade da proposta deve ser de 60 (sessenta) dias;

10.9. Os preços ofertados serão fixos e só reajustáveis na forma da lei;

10.10. Não serão aceitas cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.

10 HABILITAÇÃO

11.1 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, à vista dos originais, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste Edital;

11.2 Para habilitação nesta licitação, será exigida a seguinte documentação:

11.2.1 Habilitação Jurídica



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cédula de Identidade;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Comprovação da condição de ME ou EPP;
- g) Declaração Art. 7º conforme modelo do Anexo VII.

11.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade relativa de Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.2.2.1. As microempresas ou empresas de pequeno porte devidamente identificadas no certame deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente restrições;

11.2.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, na hipótese exclusiva do subitem 11.2.2.1, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante (ME ou EPP) for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

11.2.2.3. A não regularização da documentação fiscal no prazo previsto no subitem 11.2.2.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.2.3. Qualificação Técnica

11.2.3.1. Apresentar Comprovantes de registro e autorização de funcionamento atualizado, emitido pela Secretaria de Saúde.

11.2.3.2. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome do licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter o licitante prestado ou que esteja prestando serviços compatíveis com o objeto desta licitação, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos materiais, devidamente registrado na entidade competente.

11.2.3.3. Declarações de vistoria comprovando que a licitante, por intermédio de um de seus responsáveis técnicos, esteve no local e tomou conhecimento de todas as informações necessárias, incluindo as condições ambientais e locais de prestação de serviços relativos a este Termo de Referência. Deverá constar, ainda, neste termo, a medida da piscina;

11.2.3.4. Declaração do licitante de possuir, na data prevista para a contratação, profissional devidamente registrado no CRQ (Conselho Regional de Química) e em situação regular, que será responsável técnico para acompanhar a execução dos serviços. Esse profissional deverá ser detentor de Acervo técnico compreendendo



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

Atestado de Capacidade Técnica com características semelhantes ao objeto da licitação, que comprove que o proponente já executou serviços similares e pertinentes aos desta licitação (Limpeza e Conservação de Piscinas) devidamente visado pelo Conselho Regional de Química – CRQ.

11.2.4. Qualificação Econômico-Financeira

11.2.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

11.2.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

11.3. Para certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

12. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

12.1. Para julgamento, será adotado o **critério menor preço total do lote**, observados os prazos para execução do serviço, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital;

12.2. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou, ainda, se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. O (A) Pregoeiro(a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

12.3. Serão desclassificadas as propostas com valor superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação;

12.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se como empate (ficto) as propostas apresentadas pelas ME e EPP que sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada;

12.5. Para efeito do disposto no subitem 12.4 deste Edital, ocorrendo empate (ficto), proceder-se-á, da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior a melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

b) Não ocorrendo interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma da alínea "a" deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 12.4 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

12.6. Em caso de empate aritmético, verificada a equivalência de valores das propostas entre microempresas ou empresas de pequeno porte, antes da aplicação do critério estabelecido no inciso I do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o desempate será decidido mediante sorteio entre elas em sessão pública, a ser designada pelo(a) pregoeiro(a), para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

12.7. Não havendo microempresa ou empresa de pequeno porte classificadas ou habilitadas, segundo os critérios da Lei Complementar nº 123/2006, será convocado o licitante detentor da proposta de menor valor, originalmente apresentada;

12.8. O disposto nos subitens 12.4 e 12.5 aplicar-se-á quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.9. A não cotação do item ensejará na desclassificação da proposta da licitante.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo(a) Pregoeiro(a) sempre que não houver recurso;

13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo(a) Pregoeiro(a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Até o segundo dia útil antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão;

14.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

14.3. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer da decisão do(a) Pregoeiro(a), oportunidade em que deverá expressar a síntese imediata de suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;

14.3.1. O sistema aceitará a manifestação do recurso, inicialmente, nas 24 (vinte e quatro) horas imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor;

14.3.2. O não oferecimento de razões no prazo previsto no item 14.3 fará deserto o recurso;

14.3.3. A falta de manifestação imediata, acompanhada da síntese das respectivas razões, ensejará a preclusão do direito de recorrer;

14.4. Não será concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;

14.5. Os recursos contra decisões do(a) Pregoeiro(a), em regra, terão efeito suspensivo, sendo este restrito ao lote objeto das razões oferecidas;

14.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

14.7. Os recursos e contra-razões de recurso deverão ser dirigidos ao(a) Pregoeiro(a) e poderão ser enviados via fax ou através do e-mail disponibilizado no Edital no Item 4.6, considerando que, posteriormente, os originais devem ser protocolizados no endereço citado abaixo. O(A) pregoeiro(a) deverá receber, examinar e se manter sua decisão submeter à autoridade competente que decidirá sobre a sua pertinência;

14.8. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados após os respectivos prazos legais e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

pelo proponente, nem recursos enviados via fax;

14.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, sito à Rua Júlia da Costa, nº 322 - Centro, Paranaguá, Paraná, CEP: 83203-060.

15. INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. Para o serviço, será assinado um contrato entre a licitante vencedora juntamente com a Administração;

15.2. A adjudicatária será convocada para assinatura do contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do envio da convocação, via fax ou outro meio hábil;

15.3. O não atendimento do prazo previsto no subitem anterior ou a recusa em assinar o contrato pela adjudicatária, implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Ainda que os prazos estimados para a execução não sejam os mesmos para todos os cursos, o pagamento à CONTRATADA será realizado em parcelas mensais iguais a partir da assinatura do contrato;

16.2. A estimativa de desembolso para custeio dos serviços prestados, conforme disposição no subitem anterior, baseia-se na disponibilidade de recursos financeiros da CONTRATANTE, bem como na manutenção da liquidez do contrato com vistas ao seu efetivo adimplemento por parte da CONTRATADA;

16.3. O pagamento será efetuado mensalmente num prazo de 30 (trinta) dias após do protocolo, em duas vias, dos seguintes documentos junto ao Departamento de Protocolo da Prefeitura de Paranaguá, a Rua Júlia da Costa, 322 - Centro:

- Cópia do Contrato;
- Cópia do Empenho;
- Cópia da Ordem de Serviço;
- Nota Fiscal;
- Comprovação de vínculo entre a CONTRATADA e os profissionais que executarão o objeto por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou de vínculo trabalhista ou societário;
- Comprovante(s) de experiência profissional dos profissionais responsáveis pela ministração dos cursos.
- Certidões de Regularidade Fiscal.

16.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária;

16.5. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à adjudicatária, em virtude de penalidade ou inadimplemento das obrigações assumidas;

16.7. Os preços propostos serão considerados fixos, ressalvadas as hipóteses legais de admissibilidade de reajuste, previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

16.8. De acordo com a Lei nº 9.430, de 27.12.1996 e legislação complementar será retida a alíquota dos impostos e contribuições devidas, conforme (CSLL, COFINS, PIS/PASEP, IR), a título de antecipação, exceto para optantes pelo SIMPLES, que verá apresentar cópia autenticada do Termo de Opção, de que trata a IN SRF nº 75 de 26 de dezembro de 1996, sendo acatada qualquer outra instrução legal que entra em vigor;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

16.9. Em caso de desequilíbrio econômico-financeiro do contratado, os preços poderão ser revistos, após aceite do contratante, conforme estabelece o art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

17. SANÇÕES

17.1. O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e prazos estabelecidos sujeitará a adimplida às penalidades constantes no art. 67 da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e pelo Decreto Municipal nº 173/2017 que regulamenta o artigo, assegurados os constitucionalíssimos do contraditório e da ampla defesa, ficando estipuladas as seguintes penalidades, além das demais previstas em norma pública (da qual não se pode alegar desconhecimento) e mencionadas no contrato:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei, perante a autoridade competente que aplicou a sanção.

17.2. As sanções previstas neste Edital são de competência exclusiva do titular da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral - SEMEDI, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas;

17.3. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Cumprir rigorosamente as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e da Proposta;

18.2. Manter permanente entendimento com a Contratante, objetivando evitar interrupções ou paralisações na execução dos serviços;

18.3. Não subempreitar global ou parcialmente os serviços avançados;

18.4. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todo e qualquer dano causado à Contratante, a seu preposto ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução dos serviços, objeto deste Termo, não cabendo à Contratante, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

18.5. Responsabilizar-se perante a Contratante, pelos eventuais danos ou desvios causados aos bens que lhe forem confiados a seu preposto, devendo efetuar no ressarcimento correspondente imediatamente após o recebimento da notificação da Contratante, sob pena de glosa de qualquer importância que venha receber;

18.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as atribuições assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;

18.7. Garantir a solidez e segurança do trabalho, compreendido também o material empregado;

18.8. Executar os serviços sempre que for necessário para manutenção da qualidade da água;

18.9. Fornecer todo o material químico e demais insumos necessários, assim como possuir ferramentas e equipamentos para a prestação do serviço;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 18.10. Dar garantia dos serviços prestados, comprometendo-se a refazê-los sempre que for considerada qualquer irregularidade;
- 18.11. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados;
- 18.12. Atender prontamente quaisquer exigências do preposto indicado pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral referentes aos serviços prestados;
- 18.13. Observar o disposto no inciso XXXIII, do art.7º da Constituição Federal;
- 18.14. A eximir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade quanto a possíveis ocorrências que venham a causar acidentes pessoais a empregados da contratada ou de terceiros, relativamente à prestação dos serviços (§ 1º do art. 71 da Lei 8666/93);
- 18.15. A responsabilizar-se por todas as despesas com tributos fiscais, trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, diretamente e indiretamente, na entrega dos insumos;

19. DOS PREÇOS

- 19.1. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos necessários, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, homologação, seguros e quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 20.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- 20.2. Efetuar o pagamento no prazo fixado;
- 20.3. Solicitar à Contratada e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 20.4. Assegurar-se de que o número de empregados alocados ao serviço pela Contratada é suficiente e competente para que o serviço tenha desempenho favorável;
- 20.5. Disponibilizar as instalações necessárias e apoiar a execução dos serviços;
- 20.6. Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada para a execução dos serviços;
- 20.7. Verificar a regularidade fiscal da Contratada antes de cada pagamento;

21. REVISÃO DE PREÇOS

- 21.1. Os preços poderão ser revistos, por solicitação expressa da CONTRATADA, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro da avença;
- 21.2. O pedido deverá ser dirigido à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral;
- 21.3. A cada pedido de revisão de preço, deverá o PROMITENTE PRESTADOR DE SERVIÇO comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço;
- 21.4. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração Municipal adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, prestadoras de serviço, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, do índice de correção monetária IGPM, ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

21.5. A revisão do preço, caso deferida, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp);

22. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

22.1. Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelos fiscais apresentados pela Comissão Especial de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do Decreto 173/2017, de modo que não se considerará concluído os serviços, objeto desta licitação, e por consequência não serão autorizados os pagamentos aos contratados, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes no Termo de Referência, do Edital e do Contrato;

22.2. A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados os requisitos e demais especificações nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar a execução dos serviços que não forem considerados satisfatórios e determinar à licitante a substituição dos mesmos.

22.3. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa licitante, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o (Art. 70 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações).

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis pela licitação, quer direta ou indiretamente;

23.2. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação, por parte da proponente, das exigências e condições estabelecidas neste edital e seus Anexos;

23.3. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Autoridade Competente revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivada de fato superveniente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação;

23.4. No caso de haver desconexão do(a) Pregoeiro(a) com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para o recebimento dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

23.4.1. Persistindo a desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa, reiniciando somente após comunicação expressa aos participantes;

23.5. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis;

23.6. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele(a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação;

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta;

23.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

23.10. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, pelo aplicativo de informática "Licitações-e" do Banco do Brasil ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp);

23.11. São de responsabilidade exclusiva da licitante as informações relativas a endereço, telefone e fax, bem como a modificação dos mesmos no curso da licitação, dando-se por intimada em caso de eventual tentativa frustrada de comunicação;

23.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal;

23.13. Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) com base na legislação vigente;

23.14. Fica designado o foro da Cidade de Paranaguá, Paraná, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

23.15. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais www.paranagua.pr.gov.br e www.licitacoes-e.com.br, onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

24. Anexos do Edital

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Contrato Administrativo a ser celebrado com a empresa vencedora;

Anexo III - Dados para assinatura do contrato;

Anexo IV – Modelo de Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Anexo V - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos Habilitatórios;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou EPP;

Anexo VII – Modelo para apresentação da Proposta de Preços;

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Recebimento e/ou acesso à documentação e aceitação;

Anexo IX – Modelo de Declaração de Obrigações;

Anexo X – Modelo de Declaração de idoneidade.

Paranaguá, 10 de maio de 2017

ROSIANA DO ROCIO PEREIRA PESCH

Pregoeira



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2017

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Pregão Eletrônico para Manutenção e Conservação da Piscina Olímpica do Complexo Educacional Nereu Gouveia e Eva Amarante Cavani.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva e Conservação da piscina do Complexo NEREU GOUVÊA, deve-se ao atendimento a todas as crianças da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá, ofertando atividades esportivas educacionais, como: natação (aprendizagem), e atividades recreativas aquáticas (atividades realizadas conforme cronograma sugerido e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral) no ano de 2017, para as Escolas parciais ou integrais, CMEIS e EJA, com o objetivo de uma qualidade de vida na educação do corpo. A piscina da Escola Municipal professora Eva Amarante Cavani, foi para atendimento das crianças especiais, com o objetivo de realizar atividades terapêuticas, proporcionando uma qualidade de vida melhor. Este é um trabalho realizado a longo prazo, que precisa ser mantido principalmente com a limpeza, manutenção e conservação das piscinas. Com isso devemos diariamente manter estas piscinas em condições apropriadas para o uso, no que condiz a limpeza, manutenção e conservação das mesmas, pois o atendimento é diário e em período integral.

3. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 **Complexo de Natação Nereu Gouvêa**, localizado à Rua João Estevão, s/nº – Centro – Paranaguá – Paraná, Piscina 50 x 23 x 1, 40 CxLxA, com borda de 1,70 m, volume de água de 1.610 m³;

3.2 **Piscina da Escola Municipal Escola Professora Eva Tereza amarante Cavani**, localizada à Rua João Estevão, s/nº – Ponta do Caju – Paranaguá – Paraná, Piscina 9,50x4,50x1 CxLxA, volume de água 47,025 m³.

Lote	Item	Especificação	Preço médio	Valor Total
01	serviço	Serviço especializado na prestação de serviços de limpeza e conservação com aplicação preventiva e corretiva nos filtros e motobombas e fornecimento de mão de obra para atendimento a piscina Olímpica do Complexo Nereu Gouvêa e Escola Municipal Professora Eva Tereza Amarante Cavani pertencentes a Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	R\$ 269.680,00	R\$ 269.680,00

Quadro 1 – Descrição geral dos serviços

CRONOGRAMA MANUTENÇÃO PISCINA NEREU GOUVÊA



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREVENTIVA	CORRETIVA	PREÇO MÉDIO MENSAL	PREÇO MÉDIO ANUAL
Limpeza desinfecção e cloração da água			
Controle diário da qualidade da água, com leitura residual livre de cloro, Ph, etc	Adição de cloro até percentual exigido e uso de substância para correção do Ph, etc	R\$ 3.083,33	R\$ 36.999,96
Verificação das condições dos azulejos, rejuntas, superfície e fundo, bordas e lava pés.	Limpeza com escovação do tanque nos azulejos, rejuntas e limpeza da superfície com uso da peneira e aspiração do fundo com uso de aspirador próprio, no mínimo 03 vezes por semana.	R\$ 2.450,00	R\$ 29.400,00
Motobombas BC marca WEG – 1R2 ½ 7.5T 60 4V Plus de 5.5 hp.(04)			
Verificação a cada 2 (dois) meses das condições gerais, tais como rolamentos, selos mecânicos, rotores e induzidos.	Troca dos rolamentos, selos, rotor e induzido e rebobinamento ou troca do motor.	R\$ 1.591,67	R\$ 19.100,04
Rede hidráulica			
Inspeção mensal na rede hidráulica da sala de máquinas e galerias.	Troca de conexões, registros e válvulas para o bom funcionamento da rede. Sanando todo ou qualquer vazamento de água pela rede.	R\$ 1.758,33	R\$ 21.099,96
Filtro Epex mod.RR 105 (04) Pré-filtro Epex PF 40 (02)			
Inspeção mensal dos filtros e pré-filtros e inspeção nas peneiras, para detectar qualquer tipo de vazamentos e verificar a qualidade da água.	Limpeza do pré-filtro mensal, troca das peneiras e/ou pré-filtro quando necessário e Retro lavagem, enxágue e pré-filtragem do filtro semanalmente, roca do material do filtro semanalmente, troca do material filtrante no mínimo 01 vez ao ano, reparos ou troca dos pré-filtros e filtros quando necessário.	R\$ 2.541,67	R\$ 30.500,04
Cabeçote do filtro (04)			
Inspeção semanal para verificar o funcionamento do mesmo.	Lubrificação, troca de componente do cabeçote, ou troca do cabeçote se necessário.	R\$ 891,67	R\$ 10.700,04
Trocador de Calor Sodromar Mod.SD 160 155.700 Btu/h (08)			
Inspeção mensal dos trocadores de calor, limpeza a cada 02 meses do radiador do condensador com execução da lavagem.	Troca do condensador, troca do sensor do fluxo, troca de chaves e disjuntores e conserto do ventilador ou troca do trocador de calor se necessário, mediante laudo da assistência autorizada condenando o mesmo.	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
Quadro de comando Elétrico (01)			
Inspeção no quadro de comando elétrico do sistema de filtragem e aquecimento.	Substituição de todo e qualquer disjuntor térmico, chave contadora para o bom funcionamento do sistema.	R\$ 733,33	R\$ 8.799,96
Sistema de Drenagem da sala de motor do dreno (bomba sapo) (01)			
Inspeção a cada 02 (dois) meses nos rolamentos selos mecânicos, induzido,	Troca de rolamento, selo, rotor, induzido e rebobinamento.	R\$ 716,67	R\$ 8.600,04



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

rotor e carcaça.			
------------------	--	--	--

Quadro 2 – cronograma com a descrição detalhada dos serviços da piscina Nereu Gouvêa

CRONOGRAMA MANUTENÇÃO PISCINA Escola professora Eva tereza amarante Cavani			
PREVENTIVA	CORRETIVA	PREÇO MÉDIO MENSAL	PREÇO MÉDIO ANUAL
Limpeza desinfecção e cloração da água			
Controle diário da qualidade da água com leitura do residual livre de cloro, Ph, etc.	Adição de cloro até percentual exigido e uso de substância para correção do PH, etc.	R\$ 1.041,67	R\$ 12.500,04
Verificação das condições dos azulejos, rejuntas, superfície e fundo, bordas e lava pés.	Limpeza com escovação do tanque nos azulejos, rejuntas e limpeza da superfície com uso da peneira e aspiração do fundo com uso de aspirador próprio, no mínimo 03 vezes por semana.	R\$ 783,33	R\$ 9.399,96
Motobombas Jacuzzi 2 cv			
Verificação a cada 2 (dois) meses das condições gerais, tais como rolamentos, selos mecânicos, rotores e induzidos.	Troca de rolamentos, selos, rotor e induzido e rebobinamento ou troca do motor.	R\$ 866,67	R\$ 10.400,04
Rede hidráulica			
Inspeção mensal na rede hidráulica da sala de máquinas e galerias;	Troca de conexões , registros e válvulas para o bom funcionamento da rede. Sanando todo ou qualquer vazamento de água pela rede.	R\$ 850,00	R\$ 10.200,00
Filtro Jacuzzi modelo 19TP2			
Inspeção mensal dos filtros e pré-filtros e inspeção nas peneiras, para detectar qualquer tipo de vazamento e verificar a qualidade da água.	Limpeza do pré-filtro troca das peneiras e/ou pré-filtro quando necessário e Retro lavagem, enxágue e pré-filtragem, do filtro semanalmente, troca do material do filtro semanalmente, troca do material filtrante no mínimo 01 vez por ano, reparos ou troca dos pré-filtros e filtros quando necessário.	R\$ 1.358,33	R\$ 16.299,96
Cabeçote do filtro (01)			
Inspeção semanal para verificar o funcionamento do mesmo.	Lubrificação, troca de componente do cabeçote, ou troca do cabeçote se necessário.	R\$ 448,33	R\$ 5.379,96
Quadro de comando Elétrico (01)			
Inspeção no quadro de comando elétrico do sistema de filtragem e aquecimento.	Substituição de todo e qualquer disjuntor térmico, chave contadora para o bom funcionamento do sistema.	R\$ 525,00	R\$ 6.300,00
Disponibilização Geral			
Funcionário com qualificação técnica especializada de segunda a sexta no período das 08:00-12:00 e das 14:00 -18:00 horas, inclusive em casos esporádicos aos sábados, domingos e feriados. (OBS:- Este funcionário deverá permanecer nas dependências do Complexo Olímpico de natação Nereu Gouvêa para atendimento do mesmo e da Escola Municipal Professora Eva Tereza Amarante Cavani			

Quadro 3 – Cronograma e descrição detalhada dos serviços na piscina da Escola Municipal Professora Eva Tereza Amarante Cavani.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Para efeito deste termo de Referência, os serviços nele apresentados englobarão as seguintes atividades:



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 4.1.1 Manutenção preventiva e corretiva de piscina;
- 4.1.2 Controle de qualidade da água por meio do tratamento químico (desinfecção-cloração, floculação e correção do PH – potencial de hidrogênio), incluindo o lava pés e a higienização dos chuveiros;
- 4.1.3 Realizar limpeza todos os dias da semana (de segunda a sexta-feira) no horário das 6h00min às 8h00min. Este serviço compõem-se de escovação do tanque – azulejos e rejuntas, limpeza de bordas e lava-pés, aspiração do fundo no mínimo 3 (três) vezes por semana, remoção das sujeiras suspensas com aspiração e limpeza do cesto pré-filtros das motobombas;
- 4.4.4 Manutenção básica do dosador de tabletes – limpeza e troca de anéis de vedação;
- 4.4.5 Manutenção do dosador clorador líquido, incluindo o equipamento dosador;
- 4.16 A quantidade dos produtos químicos a serem utilizados na execução dos serviços, é o que a empresa vencedora do certame achar necessário para que a água permaneça tratada em condições adequadas. A dosagem dos produtos no tratamento da água deverá indicar os seguintes índices:
 - a) Equilíbrio químico da água = PH-7.2 a 7.8
 - b) Água – PH/AT = AT – 80 a 120 ppm
 - c) Residual cloro = 0,5 a 2.0
 - d) Estabil. Cloro = 50-80 ppm
 - e) Paredes sem formação de algas/limo
- 4.1.7 Manutenção preventiva, corretiva e manuseio dos equipamentos instalados na casa de máquinas;
- 4.1.8 Manuseio e orientação ao bom uso dos equipamentos;
- 4.1.9 Manutenção preventiva e corretiva em 04 (quatro) motores BC da marca WEG – 21R2 ½ 7.5T 60 4V de 5,5 hp, incluindo reparo e substituição de peças. O equipamento que necessitar reparo ou troca de peças deverá ser recolhido pela Contratada e substituído por outro equipamento, enquanto durar a manutenção, para que o funcionamento da piscina não fique comprometido. Essa hipótese ocorrerá somente quando se tratar de mais de um equipamento com defeito;
- 4.1.10 Manutenção preventiva e corretiva de 08 (oito) trocadores de calor, marca Sodromar, modelo SDS 160, com capacidade de 155.700 Btu/h, 04 (quatro) filtros Epex modelo RR 105 e 02 (dois) pré-filtro Epex PF 40, Morobombas 2 cv, Filtro Jacuzzi modelo 19TP2, conforme quadros 2 e 3 .
- 4.1.11 Em caso de defeitos por mau uso dos equipamentos, ficará a responsabilidade para a empresa contratada que deverá reparar os danos causados sem ônus a contratante;
- 4.1.12 Bombas d'água, Filtros e Instalações Hidráulicas;
 - a) Eliminação de vazamentos da rede de água, quando necessário com substituição de registros, válvulas, tubos e conexões;
 - b) reparos das bombas de água.
- 4.4.13 Quando necessário efetuar a retirada mdas bombas e recuperação da mesma com serviços de enrolamento, substituição de rolamentos, vedações etc...
- 4.1.14 Sistema Elétrico
 - a) Manutenção e Reparo nas redes de distribuição interna;
 - b) Manutenção e Reparo de quadros de controle e comando com fornecimento de chaves magnéticas, disjuntores, relés, etc,
- 4.1.15 Sistema de Aquecimento
 - a) Manutenção Preventiva e Corretiva dos equipamentos a fim de manter a temperatura das piscinas nos limites exigidos pela FINA, ou seja, entre 26º C e 30º C, nas piscinasque disponham de sistemas de aquecimento de água.
- 4.1.16 Sistema de Filtragem



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

a) manutenção Preventiva e Corretiva dos Filtros (ESTES COM CAPACIDADE PARA PISCINA OLÍMPICA), com substituição de seus componentes sempre que necessário a fim de manter a qualidade da água.

4.1.17 Atendimento 24hs

a) Deverá manter plantão 24 hs para atendimento a qualquer emergência nos equipamentos, inclusive sábados, domingos e feriados;

b) Manter uma equipe nos locais a fim de manter os mesmos em condições de uso.

4.1.18 Ferramentas e Equipamentos

A prestação de serviços será suprida de todas as ferramentas e equipamentos necessários, responsabilidade da contratada. Todo o equipamento deverá sofrer manutenção constantes de modo a garantir o bom funcionamento e segurança dos mesmos;

4.1.19 Especificações Técnicas

Fazem parte integrante do presente memorial, onde couber, as normas, especificações e métodos brasileiros aprovados, pela associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, assim como aquelas exigidas ou recomendadas pelas empresas concessionárias de serviços públicos.

a) Os serviços serão executados em estrita e total observância das indicações constantes, não podendo ser inserida qualquer modificação sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO.

b) Reserve-se à FISCALIZAÇÃO o direito de impugnar o andamento dos serviços e a aplicação de materiais ou equipamentos, desde que não satisfaçam as especificações exigidas, obrigando-se a Contratada a corrigir por sua conta e risco que for impugnado, refazendo tudo de acordo com as mesmas especificações.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2017

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2017 QUE FAZEM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ E A EMPRESA _____.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, através da Secretaria Municipal de _____, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 76.017.458/0001-15, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro: _____ - Paranaguá, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **MARCELO ELIAS ROQUE** (CI.RG. nº _____ – CPF nº _____), brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro: _____, Paranaguá, Paraná.

CONTRATADA:

_____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado do _____, CEP: _____, neste ato representada por Sr(a). _____ (CI.RG. nº _____ – CPF. nº _____), brasileiro(a), _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado do _____, CEP: _____.

As partes acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem pactuar o presente Contrato Administrativo e que se regerá pelo disposto na Lei Federal nº 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições que anunciam a seguir e do qual ficam fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico ____/2017, de ____ de ____ de 2017.
- b) Proposta apresentada pela **CONTRATADA** em ____ de ____ de 2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste contrato a **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA PISCINA OLÍMPICA DO COMPLEXO EDUCACIONAL NEREU GOUVÊA E DA PISCINA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA EVA TEREZA AMARANTE CAVANI, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO

2.1 As despesas decorrentes da execução da presente licitação correrá através da seguinte Dotação Orçamentária:

11.01.12.361.4006.2854.33.90.39-1.104
11.01.12.361.4010.2594.33.90.39-1.103
11.01.12.361.4010.2594.33.90.39-1.104
11.02.12.361.4010.2762.33.90.39-1.104



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

11.03.12.361.4006.2857.33.90.39-1.103

11.04.12.361.4006.2849.33.90.39-1.103

11.04.12.361.4006.2849.33.90.39-1.104

11.04.12.361.4006.2849.33.90.39-1.107

11.04.12.361.4006.2858.33.90.39-1.104

11.04.12.365.4007.2821.33.90.39-1.104

Conforme Requisição ao Compra nº. 345/2017, previsto para este exercício, devidamente ajustadas para o ano seguinte.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Ainda que os prazos estimados para a execução dos serviços, o pagamento à CONTRATADA será realizado em parcelas mensais iguais a partir da assinatura do contrato;

3.2. A estimativa de desembolso para custeio dos serviços prestados, conforme disposição no subitem anterior, baseia-se na disponibilidade de recursos financeiros da CONTRATANTE, bem como na manutenção da liquidez do contrato com vistas ao seu efetivo adimplemento por parte da CONTRATADA;

3.3. O pagamento será efetuado mensalmente num prazo de 30 (trinta) dias após do protocolo, em duas vias, dos seguintes documentos junto ao Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal, a Rua Júlia da Costa, 322 - Centro:

- Cópia do Contrato;
 - Cópia do Empenho;
 - Cópia da Ordem de Serviço;
 - Comprovante(s) de experiência profissional dos profissionais responsáveis pela ministração dos cursos;
 - Certidões de Regularidade Fiscal.
- Outros que vierem ser solicitados pela CONTRATANTE no ato da emissão da Ordem de Serviço;

3.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária;

3.5. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à adjudicatária, em virtude de penalidade ou inadimplemento das obrigações assumidas;

3.6. Os preços propostos serão considerados fixos, ressalvadas as hipóteses legais de admissibilidade de reajuste, previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

3.7. De acordo com a Lei nº 9.430, de 27.12.1996 e legislação complementar será retida a alíquota dos impostos e contribuições devidas, conforme (CSLL, COFINS, PIS/PASEP,IR), a título de antecipação, exceto para optantes pelo SIMPLES, que verá apresentar cópia autenticada do Termo de Opção, de que trata a IN SRF nº 75 de 26 de dezembro de 1996, sendo acatada qualquer outra instrução legal que entra em vigor;

3.8. Em caso de desequilíbrio econômico-financeiro do contratado, os preços poderão ser revistos, após aceite do contratante, conforme estabelece o art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de contratação dos serviços, a serem executados de forma contínua, será de 12 (doze) meses, prorrogáveis de acordo com o interesse das partes, mediante termo aditivo contratual, por iguais e sucessivos período, contados do início da vigência do contrato, nos termos do artigo 57, parágrafo II da Lei Federal 8.666/93, mediante celebração do competente Termo Aditivo, até um total de 60(sessenta) meses.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Cumprir rigorosamente as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e da proposta;

5.2 Manter permanente entendimento com a Contratante, objetivando evitar interrupções ou paralisações na execução dos serviços;

5.3 Não subempreitar global ou parcialmente os serviços avançados;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 5.4 Responsabilizar-se civil e criminalmente, por todo e qualquer dano causado à Contratante, e seu preposto ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução dos serviços, objeto deste Termo, não cabendo à Contratante, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;
- 5.5 Responsabilizar-se perante a Contratante, pelos eventuais danos ou desvios causados aos bens que lhe forem confiados ou a seu preposto, devendo efetuar o ressarcimento correspondente imediatamente após o recebimento da notificação da Contratante, sob pena de glosa de qualquer importância que venha receber;
- 5.6 Manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as atribuições assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;
- 5.7 Garantir a solidez e segurança do trabalho, compreendido também o material empregado;
- 5.8 Executar os serviços sempre que for necessário para manutenção da qualidade da água;
- 5.9 Fornecer todo material químico e demais insumos necessários, assim como possuir ferramentas e equipamentos para a prestação do serviço;
- 5.10 Dar garantia dos serviços prestados, comprometendo-se a refazê-los sempre que for considerada qualquer irregularidade;
- 5.11 Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados;
- 5.12 Atender prontamente quaisquer exigências do preposto indicado pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, referentes aos serviços prestados;
- 5.13 Observar o disposto no inciso XXXII, do art. 7º da Constituição Federal;
- 5.14 Eximir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade quanto a possíveis ocorrências que venham a causar acidentes pessoais a empregados da contratada ou de terceiros, relativamente à prestação dos serviços (§ 1º do art. 71 da Lei 8.666/93);
- 5.15 A responsabilizar-se por todas as despesas com tributos fiscais, trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, diretamente e indiretamente na entrega dos insumos;

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 6.2 Efetuar o pagamento no prazo fixado;
- 6.3 Solicitar à Contratada e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessários ao bom andamento dos serviços;
- 6.4 Assegurar-se de que o número de empregados alocados ao serviço pela Contratada é suficiente e competente para que o serviço tenha desempenho favorável;
- 6.5 Disponibilizar as instalações necessárias e apoiar a execução dos serviços;
- 6.6 Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada para a execução dos serviços;
- 6.7 Verificar a regularidade fiscal da Contratada antes de cada pagamento;
- 6.8 Disponibilizar espaço para a guarda dos produtos químicos;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1 Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pela Comissão Especial de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do Decreto 173/2017, de modo que não se considerará entregue o material, e por consequência não ser[á autorizado o pagamento ao contratado, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes no Termo de Referência, do Edital e do Contrato;
- 7.2 A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados requisitos e demais



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

especificações nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento dos produtos que, não forem considerados satisfatórios e determinar à licitante a substituição de produtos ou correção de irregularidades.

7.3 O representante da Contratante, deverá ter a experiência necessárias para o acompanhamento e controle para a execução do contrato;

7.4 A fiscalização de que trata este item não exclui e nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou empenho material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do licitante ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações).

7.5 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando o dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 Por estrita conveniência da Administração o presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por iniciativa do Contratante, independentemente de interpelação judicial, e conforme o que preceitua os arts. 77 a 79, da Lei nº 8.666/93, reconhecendo a Contratada neste ato, os direitos da Administração no caso de rescisão administrativa, conforme art. 55, inciso IX, combinado com o art. 77 da mesma Lei.

9.2. O inadimplemento de qualquer cláusula do presente Contrato, poderá a critério da parte inocente ser motivo de sua imediata rescisão, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além de responder a Contratada por perdas e danos quando esta:

9.2.1. não cumprir com as obrigações e cláusulas contratuais;

9.2.2. falir, estar em concordata ou dissolver-se;

9.2.3. desatendimento das determinações regulares da fiscalização do Contratante;

9.2.4. decretação de falência ou instauração de insolvência civil da Contratada;

9.2.5. dissolução da sociedade da Contratada;

9.2.6. alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;

9.3. A rescisão do contrato unilateralmente pelo Contratante acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:

9.3.1. Responsabilização por prejuízos causados ao Contratante;

9.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

9.5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É vedado à Contratada subcontratar ou transferir o contrato, sem estar expressamente autorizada, por escrito, pelo Contratante.

10.2. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização escrita do Contratante, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

10.3. Em caso de subcontratação, se autorizada, a Contratada permanecerá solidariamente responsável com o



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação – CPL

subcontratado, tanto em relação ao Contratante, bem como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

11.1. A Contratada declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos, encargos sociais e todas as despesas incidentes sobre a prestação do objeto deste contrato, inclusive frete, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

11.2. Ficando comprovado, depois do negócio realizado e antes da execução do serviço, que a Contratada acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos, encargos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais não incidentes sobre o serviço contratado, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso do valor por ventura pago à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 **Complexo de Natação Nereu Gouveia**, localizado à Rua João Estevão, s/nº – Centro – Paranaguá – Paraná, Piscina 50 x 23 x 1, 40 CxLxA, com borda de 1,70 m, volume de água de 1.610 m³;

12.2 **Piscina da Escola Municipal Escola Professora Eva Tereza amarante Cavani**, localizada à Rua João Estevão, s/nº – Ponta do Caju – Paranaguá – Paraná, Piscina 9,50x4,50x1 CxLxA, volume de água 47,025 m³

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

13.1 Fica estabelecido que na hipótese do Contratante deixar de exigir da Contratada qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja;

E por estarem assim, justas e acertadas, assinam as partes CONTRATANTES, o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Paranaguá, ____ de ____ de ____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL

VANDECY SILVA DUTRA

Secretária Municipal

CONTRATADA

Representante Legal



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2017

ANEXO III

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº _____

ÓRGÃO EMISSOR _____

CPF Nº _____

ENDEREÇO ELETRÔNICO _____

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA _____

Paranaguá, _____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2017

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Paranaguá, ____ de ____ de ____.

Licitante interessado



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2017

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

A empresa, representada pelo Sr....., CPF Nº..... RG Nº, (cargo ou função), declara sob as penas da lei estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação através **dos documentos integrantes do envelope nº 2 – HABILITAÇÃO**, de acordo com as exigências constantes do **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico Nº 015/2017**.

Paranaguá, ____ de _____ de _____

(Assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

RG:

Cargo:



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2017

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____ portador da carteira de identidade Nº _____ e de CPF Nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, e considera:

- MICROEMPRESA, conforme inciso, art. 3º da Lei Complementar Nº 123/2006.
- EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da Lei Complementar Nº 123/2006.

DECLARA ainda que a Empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14 dezembro de 2006.

(Localidade) _____ de _____ de _____.

Representante legal

Obs.: A declaração acima deverá ser assinada com "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2017

ANEXO VII

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: Conforme as especificações descritas no Anexo I, do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico Nº 015/2017.

A (empresa) _____ estabelecida na _____, Nº. _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, propõe fornecer o objeto licitado, no preço e condições seguintes:

Lote	Item	Especificação	Preço médio	Valor Total
01	Serviço	Serviço especializado na prestação de serviços de limpeza e conservação com aplicação preventiva e corretiva nos filtros e motobombas e fornecimento de mão de obra para atendimento a piscina Olímpica do Complexo Nereu Gouveia e Escola Municipal Professora Eva Tereza Amarante Cavani pertencentes a Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	R\$	R\$
VALOR TOTAL				

Declaro que por ser de seu conhecimento atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital relativas à licitação supra, bem como às disposições Lei Municipal nº 943/2006, Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02 e demais normas complementares e disposições deste instrumento, que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaro, outrossim, que o(s) serviço(s) ofertado(s) está(ão) de acordo com as especificações contidas no Anexo I, inclusive quanto à garantia dos mesmos.

Cidade, _____ de _____ de _____

(Assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

RG:

Cargo:



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2017

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/ OU ACESSO À DOCUMENTAÇÃO E ACEITAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2017**, instaurado pelo Município de Paranaguá – PR, que recebemos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e aceitamos todas as condições do edital e seus anexos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, em ____ de _____ de 2017

(assinatura do representante legal da proponente)



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2017

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2017**, instaurado pelo Município de Paranaguá, que se nossa empresa for declarada adjudicatária do objeto: _____. Disporemos de material pessoal técnico necessário para a execução do serviço;

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2017

(assinatura do representante legal da proponente)



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2017

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

(APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA TODAS AS LICITANTES)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2017**, instaurado por este Município, que não estamos suspensos de licitar e/ou impedidos de contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas.

Paranaguá, _____ de _____ de _____.

(Assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

RG:

Cargo: